

GT 2 – Formação Profissional e Docente em Secretariado
Tema 2: Formação Profissional – Ensino, Aprendizagem e Prática Extensionista

UMA ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE A CRIAÇÃO E A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM SECRETARIADO EXECUTIVO NO BRASIL (1970 A 1996)

Ariadina Torres Guimarães

Universidade Federal do Ceará, ariadinatorres@ufc.br

Francisco Ari de Andrade

Universidade Federal do Ceará, andrade.ari@hotmail.com

José Valmir Guimarães de Oliveira

Universidade Federal do Ceará, valmir_guimaraes@hotmail.com

Márcia Monalisa de Moraes Sousa Garcia

Universidade Federal do Ceará, marciamonalisa@yahoo.com.br

Resumo: Para se compreender o desenvolvimento de uma profissão, faz-se necessário conhecer seus percursos históricos. Por isso, este estudo tem como objetivo geral descrever a história da criação e expansão dos Cursos de Secretariado Executivo no Brasil no período de 1970 a 1996. Para tal, buscou-se apresentar, sob uma perspectiva histórica, como se deu a criação e expansão dos cursos de Secretariado no Brasil de 1970 a 1996 e analisar a construção da formação acadêmica do profissional de Secretariado. A partir de uma abordagem histórica, amparada, principalmente, nos estudos de Saviani (2008, 2015), Minayo (2016), Le Goff (1990) e Japiassú e Marcondes (2006), buscou-se as relações entre a história e a pesquisa em educação para construir a história do Ensino Superior em Secretariado Executivo no Brasil. Metodologicamente, para obtenção e levantamento de dados, foram utilizadas a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. Constatou-se que a expansão do ensino superior em secretariado aconteceu após a lei de regulamentação da profissão, em 1985. E seu campo de saberes, priorizou o tecnicismo, no período estudado neste artigo.

Palavras-chave: História da Educação. Ensino Superior. Secretariado Executivo.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de investigação conhecer a trajetória da criação e expansão dos Cursos de Secretariado Executivo no Brasil, a partir do intervalo histórico de 1970, pós-reforma universitária de 1968, período marcado pela expansão do sistema de ensino superior brasileiro, a 1996, ano de criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

Para Japiassú *et al* (2006), não há como compreender o patamar em que se encontra uma profissão sem conhecer seus percursos históricos. Por meio de estudos de natureza histórica, é possível obter informações sobre processos e fatos ocorridos no passado que explicam o presente, pois a história relata a evolução não só de uma comunidade, mas de organizações de diversos tipos.

A história do Secretariado Executivo no Brasil se inicia a partir de demandas políticas e acadêmicas que produziam conhecimentos capazes de construir-se enquanto atividade profissional. Todos os profissionais no Brasil, direta ou indiretamente, impulsionaram as conquistas políticas para campos maiores, pois se organizaram em instituições profissionais que os representava, proporcionando a ampliação da formação desta profissão, agora como área de conhecimento.

Buscando compreender esse processo é que surge a principal inquietação desta pesquisa: Como se construiu a história do curso de secretariado executivo no Brasil no período de 1970 a 1996?

Mediante esse questionamento, esta pesquisa tem como objetivo principal descrever a história da criação e expansão dos Cursos de Secretariado Executivo no Brasil no período de 1970 a 1996. Para o alcance desse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) Apresentar, sob uma perspectiva histórica, como se deu a criação e expansão dos cursos superiores em Secretariado Executivo no Brasil de 1970 a 1996; e b) Analisar como ocorreu a construção da formação acadêmica do profissional de Secretariado e os campos de saberes a partir da perspectiva histórica.

Partindo de uma constatação epistêmica e investigativa, é certo entender que para qualquer que seja a instituição, pública ou privada; municipal, estadual ou federal; do setor de ensino ou tecnológico, as mais variadas formas ou segmentos, os acontecimentos de uma área qualquer podem e devem mostrar caminhos para seu desenvolvimento científico e social. Assim, evidenciar a história da criação dos Cursos de Secretariado Executivo no Brasil contribuirão para apontar os caminhos a serem seguidos na contemporaneidade.

Para uma melhor organização, este trabalho está estruturado em cinco partes, sendo a primeira parte esta introdução. A segunda parte apresentará o referencial teórico, baseado, principalmente, nos autores Saviani (2008), Minayo (2016), Le Goff (1990) e Japiassú e Marcondes (2006). A terceira parte descreverá os métodos empregados para elucidar os objetivos propostos. Na quarta parte, será apresentada a análise dos resultados obtidos e, finalmente, na quinta parte, serão expostas as considerações finais acerca do estudo.

2 RELACIONANDO HISTÓRIA E EDUCAÇÃO NA CRIAÇÃO E EXPANSÃO DOS CURSOS SUPERIORES DE SECRETARIADO EXECUTIVO NO BRASIL

Esta pesquisa se utiliza de uma abordagem histórica para descrever a trajetória da criação e expansão dos Cursos Superiores de Secretariado Executivo no Brasil. Para tal, faz-se necessário compreender o que é história e como se relaciona com a educação, haja vista que por meio de estudos de natureza histórica, pode-se obter informações sobre processos e fatos ocorridos no passado que explicam o presente.

Japiassú e Marcondes (2006, p. 132) definem, etimologicamente, o que é história.

designa o *relato*, e não os acontecimentos contados; em grego, *historia* significa “pesquisa, informação”; em seguida, “conhecimento” daquilo sobre o que fomos informados e “relato” daquilo que aprendemos. Até o séc. XIX havia uma distinção entre *história natural* (que corresponde ao que hoje denominamos “ciências naturais”; geologia, zoologia, botânica etc.) e a *história civil* (o que chamamos pura e simplesmente de história). Por uma extensão de sentido, o termo “história” (relato de

fatos) passou a designar também esses fatos, objeto do relato. Mas, nesse sentido, o termo só se aplica aos homens, ao conteúdo da história civil. Essa ambigüidade, relativamente recente, interessou muito aos filósofos e, em menor escala, aos historiadores. A história-relato é tomada e inserida na história-acontecimento: os conhecimentos evoluem, os métodos se depuram etc. E o historiador estuda a situação, os problemas, as disputas, as contradições dos homens do passado, mas considerando-se a si mesmo um indivíduo em situação, num outro momento, vivendo outros problemas e outras contradições: o historiador é uma parte da história.

Ainda, de acordo com Japiassú, pode-se também defini-la [etnologicamente], como uma palavra com origem no antigo termo grego "historie", que significa "conhecimento através da investigação". Também pode ser entendida como a ciência que investiga o passado da humanidade e o seu processo de evolução, tendo como referência um lugar, uma época, um povo ou um indivíduo específico.

Por meio do estudo de natureza histórica, obtêm-se informações sobre processos e fatos ocorridos no passado que explicam o presente. A história relata a evolução não só de uma comunidade, mas de organizações de diversos tipos. Vale destacar que o momento que se busca descrever se transforma em tempo história, por meio de seus relatórios, independentes do lapso temporal, ou seja, não se prenderá a periodicidade (ocorrido a curto ou longo período). Em sentido amplo, é tudo o que se refere ao desenvolvimento das relações humanas, assim como: acontecimentos, fatos, manifestações da atividade humana no passado, por exemplo, a História do Surgimento dos cursos de Secretariado Executivo no Brasil.

A história da educação é um campo disciplinar que começou a organizar-se no Brasil, com a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924. No final da década de 1970 houve uma grande mobilização no campo educacional, surgindo várias entidades, tanto de caráter científico como sindical. Nesse contexto, o campo específico da história da educação foi se organizando com grupos de pesquisa e eventos da área (SAVIANI, 2015).

Saviani aproxima a História com a História da Educação na delimitação dos territórios da história, apresentando a interlocução entre os vários campos desta ciência.

Entre os vários domínios ou territórios historiográficos situa-se a educação [...] Nessa condição estabelecem-se fronteiras claras entre a história da educação e os demais domínios da história com os quais, entretanto, ela necessita estabelecer relações constituindo circuitos que têm em mira assegurar maior consistência e precisão aos conhecimentos produzidos no âmbito da história da educação. (SAVIANI, 2015, p. 102).

Ainda o mesmo autor enfatiza a importância da história da educação instituir áreas específicas, mas que conversam entre si, são alguns exemplos:

História das instituições educativas, história das ideias educacionais e pedagógicas, história do currículo, história das disciplinas escolares, história da formação docente, história das políticas educativas etc. cujos limites podem ser considerados como 'fronteiras vivas' caracterizadas, portanto, por circuitos que implicam razoável grau de mobilidade entre elas. (SAVIANI, 2015, p 102-103).

Encontra-se também em Minayo uma correlação entre História e Ciência, que permite compreender o tempo passado e o tempo presente da história e a importância dessa correlação para a construção de nova história.

O labor científico caminha sempre em duas direções: numa, elabora suas teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados; noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e encaminha-se para certas direções privilegiadas. E, ao fazer tal percurso, os investigadores aceitam os critérios da historicidade, da colaboração e, sobretudo, revestem-se da humildade de quem sabe que qualquer conhecimento é aproximado e construído, portanto, passível de mudanças [...]. (MINAYO, 2016, p. 12).

Na compreensão de Minayo, fica clara a ideia de dialética do presente, passado e futuro direcionado para a nossa pesquisa, gerando, assim, as origens, e os contextos da criação do curso de Secretariado Executivo e garantindo uma melhor leitura de sua importância social. Segundo a autora: “As sociedades vivem o presente, marcado por seu passado e é com tais determinações que constroem seu futuro, numa dialética constante entre o que está dado e o que será fruto de seu protagonismo.” (MINAYO, 2016, p. 13).

Nesses autores encontram-se os fundamentos para compreender mais ampla e profundamente, os impasses teóricos e práticos da história do curso de Secretariado Executivo no Brasil, apontando que esta pesquisa se identifica com o campo da história da educação, na área da história das instituições, ao abordar o contexto e os aspectos da criação dos cursos de graduação em Secretariado.

A cada passo percorrido, constata-se que há fundamentação e relevância social para a pesquisa; que as fontes históricas precisam ser conhecidas; e que a construção da história da educação tem como instrumento determinante a construção dessa memória, cujos caminhos serão delineados a seguir.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para compreender a história da criação e expansão dos Cursos de Secretariado Executivo no Brasil no período de 1970 a 1996 sob uma perspectiva histórica foi necessário promover uma associação de eventos em um dado cenário social (OLIVEIRA, 1998).

Metodologicamente, quanto à natureza, este estudo se deu por meio de pesquisa aplicada, pois visa gerar conhecimento de aplicações práticas na descrição da história dos cursos de Secretariado Executivo no Brasil, bem como suas especificidades. Quanto à forma de abordagem do problema, foi realizada uma pesquisa qualitativa, pois segundo Minayo (2016, p. 82), “atua levando em conta a compreensão, a inteligibilidade dos fenômenos sociais e o significado e a intencionalidade que lhe atribuem os atores”.

Para obtenção e levantamento de dados, foram utilizados dois procedimentos: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, buscando em Lakatos e Marconi (1991) definir as melhores escolhas quanto à técnica empregada, pois para elas, trata-se de um conjunto de preceitos e/ou processos que a ciência ou a arte se serve para coletar seus dados ou mesmo pôr a pesquisa em prática.

Por se tratar de uma pesquisa teórica, que tem como finalidade ampliar a compreensão acerca do desenvolvimento da profissão de Secretariado no Brasil, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2008), permite apreender uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente, especialmente quando o objeto de estudo encontra-se muito disperso no tempo-espço. Para tal, recorreu-se a arquivos já publicados, como livros, artigos, periódicos e demais registros que a pesquisa encontrou e foram relevantes.

No tocante à pesquisa documental, considerando a abordagem histórica proposta neste estudo, Le Goff (1990) afirma que só haverá história quando houver documentos. Bosi (2012), por sua vez, diz que a interpretação desses documentos transforma-se em história. Portanto, há nos documentos uma riqueza de informações que possibilita ampliar o entendimento acerca da história dos cursos de Secretariado no País, cuja compreensão necessita de toda uma contextualização histórica e sociocultural.

Um autor que traz importantes contribuições acerca da pesquisa em fontes documentais, é Cellard (2008), quando diz que o documento escrito:

[...] é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito freqüentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008: 295).

Para o autor, o uso de documentos em pesquisa permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social, o que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução dos cursos de Secretariado Executivo no Brasil. Logo, para a realização desta pesquisa, foram analisados arquivos públicos, as leis de regulamentação da profissão e registros do Ministério da Educação do Brasil.

Essa escolha metodológica serviu de ponte na escrita dessa história. Os dados analisados trouxeram contribuições importantes para a historiografia dos cursos de Secretariado Executivo no Brasil e serão apresentados na próxima seção.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A criação e expansão dos cursos de Secretariado no Brasil (1970-1996).

O desenvolvimento da profissão e do ensino de secretariado no Brasil confluiu com os caminhos da história da educação superior brasileira, pois a primeira Universidade do Brasil foi a Universidade do Rio de Janeiro fundada em 1920, quando foram criadas leis que regulamentaram a criação e o funcionamento de instituições de ensino superior nos Estados. Nas décadas de 1930 e 1940, criaram-se os primeiros cursos técnicos em secretariado, através das reformas educacionais da Era Vargas, em 1931 e 1943.

Na década de 1970, houve uma regulamentação da profissão para atender às políticas de educação sob o Regime Militar (1964-1985), quando iniciaram os primeiros cursos superiores, oriundos da Reforma Universitária de 1968, regida pela lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

A Reforma Universitária fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, ilustra o início da formação superior em secretariado executivo. Germano resume bem o significado da Reforma de 1968, pois

Em suma, apesar dos golpes desferidos na educação pelo Regime Militar, a reforma universitária contém sem dúvida, elementos de *renovação*, sobretudo na pós-graduação. Ao mesmo tempo que o Estado exercia o mais severo controle político-ideológico da educação, possibilitava, contraditoriamente, o exercício da crítica social e política não somente do regime político vigente no país, mas também do próprio capitalismo no âmbito universitário. (GERMANO, 1994, p 148).

A posição de Germano (1994) é enfática ao conceituar e contextualizar a Educação e o Período Militar. Ele afirma que a política educacional se desenvolveu nessa época em torno de um controle político e ideológico da educação escolar em todos os níveis.

O que a Reforma Tecnicista (Lei 5.692/71) almejava era promover uma relação direta e imediata entre educação e produção capitalista, atrelando a pesquisa aos interesses do mercado, a exemplo da Reforma do Ensino do 2º Grau, existente no Brasil até a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), considerada um marco na educação brasileira, pois trouxe uma nova concepção de educação em oposição ao modelo tecnicista clássico, modificando significativamente o cenário do Ensino Superior no Brasil.

Durante o regime militar, houve uma expansão do Ensino Superior Brasileiro a partir da Reforma Universitária de 1968, quando o setor privado foi beneficiado com a isenção de impostos e financiamentos por intermédios de bancos oficiais a juros subsidiados, provocando um aumento considerável no número de instituições de ensino. (GERMANO, 1994).

Sabino (2017) traz considerações importantes sobre o que foi a Reforma Universitária para a formação do profissional em Secretariado, o que ela chamou de “A Ampliação da Educação para o Secretariado”. Com isso,

A educação para o Secretariado brasileiro ampliou-se para o nível superior a partir do da reforma universitária estabelecida pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. O documento elaborado durante o governo militar de Costa e Silva (1967-1969) originou-se no intento de “modernização administrativa das universidades”. (SABINO, 2017, p. 211-212).

Sabino insiste numa compreensão sobre a “nova concepção” de curso superior, pois

[...] criou-se um sistema de ‘carreiras curtas’ para cobrir áreas de formação profissional hoje inteiramente desatendidas ou atendidas por graduados em cursos longos e dispendiosos. Trazia-se, assim, os saberes técnicos para o nível dos estudos superiores, em uma espécie de extensão da educação profissionalizante, construindo um sentido de elevação do *status* da preparação para o mercado de trabalho. Esse contexto favorecia a criação de cursos superiores de “curta duração” para o Secretariado. No entanto, o caminho aberto pela legislação necessitava, ainda, de agentes interessados na oferta de um curso dessa natureza. Isso veio a ocorrer em 1970, na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. (SABINO, 2017, p. 212).

A fala de Sabino aponta o quanto os cursos de Secretariado eram voltados para o atendimento das demandas de mercado, sendo marcado pelo tecnicismo originado no período militar.

Inicialmente, criaram-se apenas dois cursos de Secretariado, ofertados pelas Universidade Federal da Bahia (1970) e Universidade Federal de Pernambuco (1971). Os demais eram ofertados em instituições de ensino superior privadas. Evidenciando que, embora o governo militar tenha oportunizado o aumento de matrículas em instituições de nível superior, estas vagas foram oportunizadas em redes privadas e, conforme afirma Souza (2008), apresentaram-se como instituições de ensino com pouca qualidade.

Somente em 1985, com a redemocratização e ainda sob a lei da Reforma, a profissão foi regulamentada em ensino técnico médio e superior, com isso, seu ensino se expandiu pelo país. No entanto, a formação seguiu os ventos da história do país, permanecendo semelhante às demais formações da época, atrelada ao modelo tecnicista.

Por meio de consulta ao site do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), verifica-se a evolução dos cursos de secretariado no Brasil no período 1970 a 1996, como mostra o quadro 1:

Quadro 1 – Cursos Superiores em Secretariado Executivo no Brasil (1970-1996)

Nº	Nome do Curso	Instituições de Ensino Superior (IES)	Situação das IES	Início	Tipo
1	Secretariado Executivo	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Ativa	06/03/1970	Pública
2	Secretariado Executivo	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Ativa	01/03/1971	Pública
3	Secretariado Executivo	Escola Superior de Relação Pública (ESURP)	Extinta	02/03/1971	Privada
4	Secretariado Executivo	Claretiano - Faculdade – Claretianorc (Claretianorc)	Ativa	15/01/1981	Privada
5	Secretariado Executivo	Centro Universitário Facex (UNIFACEX)	Ativa	05/05/1981	Privada
6	Secretariado Executivo	Centro Universitário Newton Paiva (Newton Paiva)	Ativa	01/08/1981	Privada
7	Secretariado Executivo	Escola Superior de Sec. Exec De Pernambuco (ESUSPE)	Extinta	15/02/1984	Privada
8	Secretariado Executivo	Pontifícia Univ. Católica do Paraná (PUC-PR)	Ativa	20/02/1984	Privada
9	Secretariado Executivo Bilíngue	Pontifícia Univ. Católica de São Paulo (PUC-SP)	Ativa	10/05/1984	Privada
10	Secretariado Executivo Bilíngue	Universidade do Vale do Rio Dos Sinos (UNISINOS)	Ativa	14/08/1984	Pública
11	Secretariado Executivo	Universidade Estadual do Oeste Do Paraná (UNIOESTE)	Ativa	23/02/1987	Pública
12	Secretariado Executivo Bilíngue	Universidade do Sagrado Coração (USC)	Ativa	23/02/1987	Pública

13	Secretariado Executivo Bilíngue	Centro Universitário Braz Cubas	Ativa	20/02/1990	Privada
14	Secretariado Executivo Bilíngue	Universidade Regional de Blumenau (FURB)	Ativa	05/03/1990	Pública
15	Secretariado Executivo	Faculdades Integradas da Upis (UPIS)	Ativa	01/08/1990	Privada
16	Secretariado Executivo	Universidade Paulista (UNIP)	Ativa	13/08/1990	Privada
17	Secretariado Executivo	Universidade Católica do Salvador (UCSAL)	Ativa	26/12/1990	Privada
18	Secretariado Executivo	Universidade São Judas Tadeu (USTJ)	Ativa	20/02/1991	Privada
19	Secretariado Executivo	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Ativa	04/03/1991	Pública
20	Secretariado Executivo	Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás)	Ativa	04/03/1991	Privada
21	Secretariado Executivo	Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC-SP)	Ativa	27/06/1992	Privada
22	Secretariado Executivo	Faculdade de São Paulo (FASP)	Ativa	01/08/1992	Privada
23	Secretariado Executivo	Centro Univ. Anhanguera de Santo André (UNIA)	Ativa	05/02/1993	Privada
24	Secretariado Executivo	Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)	Ativa	30/12/1993	Privada
25	Secretariado Executivo	Faculdade de Tecnologia de Guaratinguetá (FATEC GT)	Ativa	20/02/1994	Privada
26	Secretariado Executivo	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Ativa	28/02/1994	Pública
27	Secretariado Executivo	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Ativa	01/03/1994	Pública
28	Secretariado Executivo	Univ. Grande Rio Prof. José De Souza Herdy (UNIGRANRIO)	Ativa	01/08/1994	Privada
29	Secretariado Executivo	Centro Universitário FIEO (UNIFIEO)	Ativa	10/09/1994	Privada
30	Secretariado Executivo	Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP)	Ativa	06/02/1995	Privada
31	Secretariado Executivo	Centro Univ. de Ens. Superior do Amazonas (CIESA)	Ativa	10/02/1995	Privada
32	Secretariado Executivo	Universidade de Passo Fundo (UPF)	Ativa	06/03/1995	Privada
33	Secretariado Executivo	Universidade Federal do Ceará (UFC)	Ativa	01/08/1995	Pública
34	Secretariado Executivo	Centro Universitário Assunção (UNIFAI)	Em Extinção	01/02/1996	Privada
35	Secretariado Executivo	Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)	Em Extinção	15/08/1996	Privada

Fonte: Adaptado pelos autores (2018).

Observa-se que, dos 35 cursos, somente 10 são de instituições públicas, o que demonstra a predominância dos cursos Superiores de Secretariado na iniciativa privada. Após a regulamentação da profissão, pelos níveis de formação, em 1985, houve uma expansão do número de cursos ofertados no país, sempre concentrados em instituições de ensino privadas, conforme discutido anteriormente. Apesar disso, o curso foi se consolidando e construindo sua história no ensino superior brasileiro.

Segundo Carneiro (2015), com a exacerbação fragmentária das esferas da divisão social, a universidade foi transformando sua essência. Sendo cada vez mais organização prestadora de serviços, ao invés de ser instituição social. Assim, cada vez mais adaptando-se a demanda do mercado de trabalho.

Chauí apresenta as etapas deste processo, por meio de suas principais décadas. Para a autora:

Os **Anos 70**: Universidade Funcional. Produziu as várias reformas em sua estrutura interna para aproximar, quanto possível, universidade e mercado de trabalho. **Anos 80**: Universidade de Resultados. Estribada em uma crescente parceria com as empresas privadas, criou mecanismos sedutores com pesquisas consorciadas e contratadas, estágios remunerados, e houve forte expansão da rede privada. **Anos 90**: Universidade Operativa. Voltada para dentro de si, ela perde em substância ideativa à medida que [...] regida por contratos de gestão, avalia por índices de produtividade, calculada para flexível. (CHAUÍ, 2001, p. 187).

Sobre esse processo de construção, Carneiro (2015, p. 512) traz reflexões importantes sobre a formação profissional quando diz que “a integração dos conhecimentos se dá na sala de aula da educação superior, mas igualmente, mais tarde, quando o aluno passa a exercer sua atividade profissional.”

Concebe-se, portanto, a educação como a chave para o desenvolvimento humano harmonioso, pois ensina a todos a olhar para o mundo com os olhos e o coração abertos. Nesse sentido, este estudo buscou também analisar como a história dos cursos de Secretariado influenciou na formação acadêmica dos profissionais desta categoria.

4.2. A Construção da Formação Acadêmica do Profissional de Secretariado.

Para compreender a formação do secretário executivo de 1970 a 1996, faz-se necessário conhecer o tecnicismo, pois toda a construção profissional do secretário nesse período se deu para atender ao mercado de trabalho.

Lima (2013, p. 25) apresenta os objetivos da pedagogia tecnicista: “[...] objetivar a preparação do aluno para o mercado de trabalho, ou seja, ao trabalhar no aluno não a aquisição do conhecimento, mas buscar técnicas para o seu aperfeiçoamento como trabalhador eficaz”.

O tecnicismo é um método de controle operacional e gerencial dos objetivos e resultados esperados, muito similar ao adotado nos sistemas operacionais das indústrias. Surgiu nos Estados Unidos e se expandiu no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Apesar de ter força nessas décadas, ainda perdura no ambiente das IES, nas décadas seguintes.

Apesar dessas características, o ensino Superior em Secretariado, com o neoliberalismo chegando no final dos anos 1980 e buscando atender o mercado de trabalho, se pautou em consonância com áreas afins: administração, idiomas, contabilidade, direito,

buscando sempre a interdisciplinaridade. Esses saberes, inicialmente pautaram-se no campo do ensino, apesar da Universidade caracterizar-se pela tríade: ensino, pesquisa e extensão.

A Lei nº 7.377, que dispõe sobre o exercício da profissão de secretariado, em seu art. 4º, traz as atribuições do Secretário Executivo:

Art. 4º - São atribuições do Secretário Executivo:

- I - planejamento, organização e direção de serviços de secretaria;
- II - assistência e assessoramento direto a executivos;
- III - coleta de informações para a consecução de objetivos e metas de empresas;
- IV - redação de textos profissionais especializados, inclusive em idioma estrangeiro;
- V - interpretação e sintetização de textos e documentos;
- VI - taquigrafia de ditados, discursos, conferências, palestras de explanações, inclusive em idioma estrangeiro;
- VII - versão e tradução em idioma estrangeiro, para atender às necessidades de comunicação da empresa;
- VIII - registro e distribuição de expedientes e outras tarefas correlatas;
- IX - orientação da avaliação e seleção da correspondência para fins de encaminhamento à chefia;
- X - conhecimentos protocolares. (BRASIL, 1996, p. 2).

Nesse período da história da profissão, as IES buscavam nos seus currículos atenderem esses dispositivos legais, para isso ofereciam disciplinas de comunicação, direito, economia, contabilidade, administração, matemática financeira, comércio exterior, inglês, português, técnicas secretariais e tecnologias. Pois, as principais atuações desses profissionais ocorriam junto à alta gestão das empresas, onde atuavam como assessores executivos, gestores, empreendedores e consultores.

Garcia (2017) destaca que, desde 2009 há uma discussão nacional sobre a formação superior em secretariado, pois até então contemplava-se o ensino para formação profissional, como elemento essencial, esquecendo-se o desenvolvimento de pesquisa na área

A cultura da pesquisa no Secretariado é recente e foi fomentada a partir de uma consulta pública promovida pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) em 2009, na qual uma das indagações era sobre a extinção de cursos de Bacharelado em Secretariado Executivo no Brasil. Tal questionamento mobilizou os órgãos representantes da profissão a agendarem uma audiência com o então superintendente da Sesu [...] Durante a audiência, o superintendente garantiu a continuidade dos cursos, mas questionou à comissão presente sobre o baixo número de produções acadêmicas na área. Diante do questionamento, a comissão comprometeu-se em aumentar as produções acadêmicas e científicas em Secretariado. (GARCIA, 2017, p. 122).

Apesar das recomendações da Secretaria de Educação Superior (SESU) do MEC e a possível extinção do curso, a categoria se organiza novamente, através da Federação Nacional dos Secretários e Secretárias (FENASSEC), das universidades, docentes e discentes, culminando na criação da Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC). Assim, o campo de saberes se amplia, e a formação acadêmica se aprimora, em todo o Brasil.

Esse movimento permitiu a criação de revistas científicas, incentivos à pesquisa e publicações em eventos. Dessa forma, o que anteriormente acontecia para troca de informações profissionais passou a abrigar anais e apresentação de trabalhos.

A discussão da SESU/MEC sobre os cursos de graduação em secretariado culminou em diversos estudos sobre a cientificidade do Secretariado, possibilitando a ampliação do debate científico na Academia, por meio da

Prática da pesquisa e, por consequência, a busca pela cientificidade no campo secretarial, são temas incipientes para os envolvidos com o assunto no Brasil. Contudo, já é possível encontrar algumas discussões que posicionam o Secretariado nesse cenário. O Secretariado é um campo de estudo de aplicação e não uma ciência. [...] o surgimento do campo teórico das Ciências da Assessoria como base para a concretização do Secretariado como campo científico e define a Assessoria como o objeto de estudo do campo. [...] o Secretariado não é autônomo; utiliza-se de “ciências multidisciplinares” diversas, principalmente das ciências da Administração. [...] o Secretariado mantém relações com diferentes áreas do conhecimento e apresenta-se em fase de consolidação enquanto área de conhecimento. [...] o Secretariado ainda não se apresenta como ciência ou campo do conhecimento, mas encontra-se em busca do estabelecimento do seu objeto de estudo; daí a motivação dos pesquisadores para demonstrar neste artigo os caminhos que já foram percorridos pelo Secretariado na busca pela cientificidade. [...] finalmente, avaliam o campo de uma perspectiva paradigmática e o enquadram como essencialmente funcionalista, limitado ora à proposição de técnicas ou metodologias gerenciais, ora à adaptação do secretário-executivo ao contexto de trabalho. (MARTINS *et al.*, 2017, p. 9-10).

Os autores envolvidos passaram a advogar por uma melhor comunicação com outros interesses cognitivos e com outras disciplinas a exemplo dos estudos organizacionais, que possam contribuir para a definição dos seus campos de interesse.

Constata-se que a formação superior em Secretariado percorreu caminhos de luta para a consolidação da profissão, encontrando muitos obstáculos para se manter no “nível superior”, revelando o preconceito que ainda ronda a profissão, chegando inclusive na Academia. Porém, a resposta sempre foi respaldada pelo desenvolvimento e crescimento, por meio da busca pela cientificidade da área.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca dos caminhos percorridos pelo ensino superior em Secretariado, no período do seu início no Brasil, da década de 1970, pois foi o período que iniciou o primeiro curso de Secretariado, em nível superior no País até o ano de 1996, ano da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que regulou de forma mais abrangente o ensino superior em todas as áreas. Observou-se na sua construção, o caminhar constante para acompanhar as políticas nacionais de educação, atendendo as demandas do mercado de trabalho, priorizando o ensino tecnicista. Nesse período, com pesados esforços a categoria conquistou, em 1985, a regulamentação da profissão em nível médio técnico e superior, o que possibilitou uma expansão dos cursos superiores, pulando de 10 cursos para 35, um aumento de duzentos e cinquenta por cento em sua oferta. Contudo, percebemos uma ampliação da quantidade, sem efetivamente mensurar suas qualidades.

Os nossos objetivos se reportaram ao apresentar, sob uma perspectiva histórica, como se deu a criação e expansão dos cursos superiores em Secretariado Executivo no Brasil de 1970 a 1996 e analisar como ocorreu a construção da formação acadêmica do profissional de Secretariado e os campos de saberes a partir da perspectiva histórica. Após este relatório ter apresentado o contexto histórico, em que se mostrou como surgiu o curso, bem como a análise realizada sobre estes fatos ao longo do corpo do texto, entende-se que os objetivos foram contemplados, como se buscou no início deste artigo. Tendo sido compreendida a trajetória do curso superior em Secretariado no Brasil, no período de 1970 a 1996.

Por meio deste artigo acredita-se poder contribuir para a história da Educação Superior, especialmente do curso de Secretariado Executivo. Esta história por sua vez, tampouco explorada e evidenciada em períodos acadêmicos. Assim, propondo acrescentar algo que traga, em tempos breves, robustez ao campo de saberes teórico e prático do curso, e embasamento para aqueles, que por meio do curso operam no mercado de trabalho. Vimos que o curso, por essência, exige alto rigor técnico e ético, tanto que o texto o artigo buscou representar a história deste curso para a Educação Superior.

Não encerrando em si, mas já abrindo espaços para que novas e embasadas pesquisas possam dar continuidade a pesquisas sobre a temática da história da educação superior em Secretariado.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa *et al.* Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano. **Dispositiva**, Belo Horizonte, v. 1 n. 2, p. 196-199, 2012.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Brasília, DF, 28 nov 1968. Seção 1, p. 10369.

_____. Lei no 7.377, de 30 de setembro de 1985. Dispõe sobre o exercício da profissão de secretário e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Legislativo. Brasília, DF, 1 out. 1985. Seção 1, p. 14314.

_____. Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. Disponível em <<http://emec.mec.gov.br/>> Acesso 20 jun 2018.

_____. Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.

_____. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: 1971.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítica-compreensiva, artigo a artigo**. 23ª Ed. Revista e ampliada. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. ET al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. [s.l.]: Unesp, 2001.

FENASSEC. Federação Nacional dos secretários e secretárias, 2018. Disponível:
http://www.fenassec.com.br/site/a_fenassec_apresentacao.html. Acesso em 08 nov 2018.

GARCIA, Márcia Monalisa et al. Uma Investigação da Produção Científica dos Graduados em Secretariado Executivo pela Universidade Federal do Ceará no Período de 2010 a 2015. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 119-137, maio 2017. ISSN 2178-9010. Disponível em: <<https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/536>>. Acesso em: 09 nov. 2018. doi:<https://doi.org/10.7769/gesec.v8i1.536>.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar à Educação no Brasil** – 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 1994.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 6ª ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. – 4ª ed. Atual. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 1991.

LE GOFF, Jacques e et al. **História e memória**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

LIMA, M.A.M *et al.* **Pedagogia organizacional: gestão, avaliação & práticas educacionais**. – Fortaleza: Edições UFC, 2013

MARTINS, Cibele Barsalini et al. A busca da cientificidade do secretariado no contexto brasileiro: aspectos históricos e contemporâneos. **Revista Gestão em Análise**, [S.l.], v. 6, n. 1/2, p. 270-286, dez. 2017. ISSN 2359-618X. Disponível em:
<<http://periodicos.unichristus.edu.br/index.php/gestao/article/view/1582>>. Acesso em: 09 nov. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.12662/2359-618xregea.v6i1/2.p270-286.2017>

MINAYO, Maria Cecília de Sousa *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016 (Série Manuais Acadêmicos).

_____, Maria Cecília de Sousa; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilza Ramos de (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Caminhos de Construção da Pesquisa em Ciências Humanas. In: **Metodologia das Ciências Humanas**. Paulo de Salles Oliveira (org). São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.

SABINO, Rosimeri Ferraz. **A configuração da profissão de secretário em Sergipe: educação, atuação e organização da área (1975-2010)**. 2017. 387 f. Tese (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **História do tempo e tempo da história**: estudos de historiografia e história da educação. Campinas: Autores Associados, 2015. (Coleção memória da educação).

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das Ideias pedagógicas no Brasil**. - 2ª Ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008 (Coleção memória da educação).

SOUSA, P. R. C. (2008). **A reforma universitária de 1968 e a expansão do ensino superior federal brasileiro: algumas ressonâncias**. Cadernos de História da Educação, 7, 117-134.